destacável

entrevista

Diário de Notícias
14-10-1985

Maria de Lurdes Pintasilgo

Fundação Cuidar o Futuro

«Sou uma candidata indomável»

Entrevista de FERNANDO DIOGO
Fotos de JOSÉ MAURÍCIO

aspecto mais importante que queria referir, na altura em que Portugal retoma o seu lugar como país europeu, naturalmente que o nosso funcionamento democrático não pode deixar de ser aquele que vigora na Europa Ocidental. Seria, portanto, estranho dar continuidade à ideia da inevitabilidade de um militar. Isso colocar-nos-ia muito próximo dos países do Terceiro Mundo e só de alguns, porque se olharmos para o continente latino-americano verificamos a rejeição progressiva dos militares como figuras de tutela do Estado. Repito que seria muito estranho, nesta altura, ser Portugal a procurar um militar para Presidente da República, pela sua qualidade de militar.

De resto se aparecerem candidatos militares após as legislativas penso que a característica que se procura num militar (a sua isenção) fica altamente prejudicada. Isto porque qualquer candidato que esteve à espera dos resultados das legislativas para estabelecer acordos partidários será necessariamente um candidato partidário, ainda que não se assuma como tal.

DN — Há quem fale no apoio do PRD a um candidato militar.

MLP — A Comissão Política do PRD tem toda a legitimidade para, se quiser, propor um candidato. Isso é um problema do PRD.

No que diz respeito à minha candidatura, ela apoia-se numa estrutura organizativa que está criada, numa militância intensíssima em quase todos os distritos do País e corresponde a um pensamento próprio.

DN — Mas não a preocupa o aparecimento de um candidato que à primeira vista irá disputar o eleitorado que lhe é atribuído?

MLP — O eleitorado que aposta na minha candidatura e que manifestou uma intenção de voto consistente ao longo de dois anos sabe estabelecer os seus juízos. É perante este eleitorado potencial que eu tenho de responder.

DN — Considera que a associação do general Ramalho Eanes ao PRD e face à hipotética indicação de um candidato por este partido poderá ou não prejudicar as suas aspirações enquanto candidata?

MLP — Penso que o PRD é um partido com certeza constituído por gente adulta e responsável, pelo que se vier a propor um candidato falo-á por si próprio e não por sugestão do general Eanes.

Conheço o general Eanes desde 1976, com uma enorme proximidade durante o seu primeiro mandato, e desde então tenho funcionado como conselheira (nem sempre ouvida, claro) e não julgo que o general Ramalho Eanes fosse trair a sua independência e isenção face ao eleitorado. Não o creio capaz de trair as regras próprias da República, em que não há herdeiros nem regentes designando o sucessor.

DN — No entanto, o general Ramalho Eanes deixou que o seu nome fosse associado ao PRD, embora não tenha nunca assumido explicitamente esta ligação.

MLP — É verdade que o PRD nasceu de uma parte do eleitorado que elegeu em 1980 o general Ramalho Eanes. Também é verdade que o PRD quis significar com a sua campanha que ia buscar a sua inspiração ao general Eanes, mas é igualmente inequívoco que o general Eanes por si próprio (não estamos em sociedades onde se viva por interpostas pessoas) não teve qualquer interferência nessa posição do PRD.

DN — E a presença de Manuela Eanes na campanha é para si destituída de qualquer significado político?

MLP — O que resulta das minhas palavras é o seguinte: penso que o general Eanes enquanto Presidente da República não teve nenhuma atitude ele próprio (e por isso insisti que não conta o que poderá parecer por interpostas pessoas), não teve nenhuma atitude — repito — que saísse fora do seu estatuto de independência e de isenção.

PRD também escamoteou o debate das ideias

DN — Quer dizer que foi abusiva a utilização do nome do Presidente da República?

MLP — A utilização do nome do general Eanes pelo PRD tem que ver com a personalização que falámos relativamente a outros partidos. A meu ver o objectivo da personalização das campanhas foi o de escamotear o debate das ideias e das propostas. E faltou, sobretudo, o grande confronto, ou melhor, o grande diálogo, das propostas que viabilizem a resolução dos problemas concretos da sociedade portuguesa.

Acho que, num primeiro momento, as grandes questões da sociedade foram iludidas em Portugal através das ideologias e, num segundo tempo, com a construção de figuras messiânicas.

DN — Não será o general Eanes precisamente uma dessas figuras messiânicas?

MPLP— O general Ramalho Eanes reúne um largo apoio e dispõe de um enorme capital de simpatia e de confiança do eleitorado. Tivemos agora a prova com a votação do partido que se reclama ou da inspiração do general Eanes.

DN — Tem por sistema recusado o apoio dos partidos desde que isso implique concessão de contrapartidas. Depois das legislativas mantém essa posição?

MLP — Mantenho. Precisamente perante essa enorme personalização é muito importante que o eleitorado não fique agarrado a clubes. É imprescindível, para que o Presidente da República possa exercer a sua função de forma adequada, que haja um contacto directo entre os eleitores e os candidatos a Belém. Nesse sentido não nos devemos afastar do espírito que aponta indiscutivelmente [illegible] dependentes. E perante a fragmentação do eleitorado trazida por estas eleições julgo mais do que nunca ser necessário o vector da independência. Independência não entendida como um simples rótulo, uma declaração de intenções, mas uma postura que se afirma quer em relação aos interesses políticos, quer em relação aos interesses económicos, tanto nacionais como estrangeiros. Mais, que liga essa independência ao valor supremo da democracia, que é a liberdade de pensamento e de consciência dos cidadãos.

DN — Mas então eu insisto. Recusa liminarmente qualquer apoio partidário?

MLP — Não, não. Agora defendo muito claramente que as candidaturas no quatro actual da democracia portuguesa devem ter uma relação directa, tal como decorre do texto constitucional. A Constituição diz muito claramente que o Presidente da República deve ser o procurador de todos os portugueses, que deve ser o mediador entre os partidos políticos e finalmente que deve suscitar a procura de convergências à volta dos problemas concretos.

Por isso, entendo que o Presidente da República não pode ser agora apenas a pessoa que vai ler escrupulosamente a Constituição.

Freitas e Soares são candidatos partidários

DN — Do que fica dito recolhe-se claramente a ideia de que as candidaturas de Mário Soares e Freitas do Amaral não respondem às concepções de isenção e apartidarismo que colhe da leitura da Constituição?

MLP — É evidente a sua ligação partidária. Um candidato independente, isto é, situando-se fora dos partidos e dos interesses económicos nacionais e internacionais, faz apelo por um lado à liberdade de consciência do cidadão eleitor, mas projecta também essa noção de independência do Estado face a interesses alheios.

DN — O PCP é um partido com razoável expressão eleitoral. No entanto, tem sido por um sistema afastado da área do Poder nas maiorias pós-constitucionais, que muitas vezes se formam até contra ele. Como encara este fenómeno?

MLP — Penso que a ligação da direcção do PCP às posições soviéticas tem sido pretexto para a sua aparente marginalização. Mas também não sei se o PCP tem estado interessado em participar nos Governos...

DN — Das notas [illegible] foi manifesta a intenção do PCP de querer vir a participar no futuro Governo...

MLP — ...Só que os resultados depois são diferentes. Contudo, quero aqui acentuar que já não estamos em tempo de anátemas. Assim sendo, todos os partidos políticos, desde que respeitem a legalidade democrática, têm todos o seu lugar na vida política portuguesa.

DN — Se o PCP der indicação de voto na sua candidatura vai recusar esse apoio?

MLP — Repare, digo-lhe o mesmo que disse o general Ramalho Eanes em 1980: os votos são todos iguais, pertencem a cidadãos eleitores.

DN — No entanto, o apoio explícito e até às vezes implícito do PCP tem sido usado como pretexto para outros partidos rotularem imediatamente essa candidatura e tentarem colher dividendos do «anticomunismo». Não é verdade?

MLP — Esse é o problema da redução simplista dos comportamentos às ideologias. É um fenómeno que vem de trás: antes do 25 de Abril quem tinha alguma manifestação de contra a situação era de imediato acusado de comunista; nos primeiros dois anos a seguir ao 25 de Abril, a acusação de fascista abrangeu pessoas que nada tinham de fascistas; depois de 76, a divisão maniqueísta foi sendo retomada gradualmente. É contra essa visão que há que lutar.

Candidata da afectividade mas também das ideias

DN — Considera-se a candidata da afectividade?

MLP — Penso que há em grande parte das pessoas que me manifestam no seu apoio um certo carinho. Não sei bem porquê, mas é um facto que há um elemento afectivo que joga em meu favor. Não desprezo nem minimizo a importância desse laço, mas reivindico, também, ser a candidata das ideias, de um projecto... de um projecto que não é fixo, é como uma caminhada.

A meu, ver mais importante do que um projecto completamente definido é saber que a História se faz de caminhadas, e que ao longo desse percurso a única bagagem indispensável é o acervo das ideias, o capital cultural que nos permite fazer face aos problemas que se colocam em cada momento.

DN — Há quem veja nessa visão da História o alibi para a inocência, a forma hábil de explicar a passagem de procuradora à Câmara Corporativa do regime fascista a ministro dos Assuntos Sociais e a primeiro-ministro no regime pós-25 de Abril. Considera que a coerência deve ser assumida na vertical, isto é, em obediência cega a ideias ou a princípios, mesmo que se tenham tornado absoletas, ou, à maneira de Sartre, quando afirmava «coerência é em cada momento»?

MLP — Não me identifico totalmente nem com a corrente fixista, nem com a chamada «moral de situação» de que falava o Sartre. Para clarificar melhor a minha posição, analisemos primeiro os factos: a minha participação quer na Câmara Corporativa quer nos Governos pós-25 de Abril ilustra uma continuidade total de ideias. Se houver dúvidas basta ler as minhas declarações de voto na Câmara Corporativa e cotejá-las com as intervenções públicas posteriores ao 25 de Abril.

O que atravessa toda a minha vida é aquilo a que costumo chamar a teoria das brechas. Ela postula que não há situações sem saída, convicção que vou buscar a um sentido cristão da existência. Este sentido faz com que não veja a História como um nada, onde nos vamos inscrevendo com uma responsabilidade pontual, nem como o caminho linear para a perfeição. A nossa própria História mostra-nos que ela se constrói ao longo de trajectos ziguezagueantes, cuja resultate evidencia o sentido lógico desses vários percursos. É preciso percorrer todo o nosso itinerário para nos apercebermos do seu sentido, da sua coerência.

Sou contra o aborto mas a lei é para se cumprir

DN — É ainda coerente quando se pronuncia em dois momentos distintos de duas maneiras diferentes sobre a lei do aborto?

MLP — Eu não posso deixar de ser contra a situação que leva as mulheres a abortar. Todas as mulheres que eu conheço são contra o aborto, todas as que o realizaram exprimem um tal traumatismo, uma tal revolta por terem sido obrigadas (por circunstâncias várias) a fazê-lo que não posso deixar de ser contra qualquer coisa que deixa uma cicatriz tão funda. A minha posição é muito mais uma posição afectiva de solidariedade com as mulheres do que de seguidismo em relação a esta ou àquela orientação da Igreja. Mas dir-me-á que há uma lei do aborto, evidentemente que ela existe e é para ser respeitada.

DN — Mas diz que é para ser respeitada apenas porque se trata de uma lei da República, ou porque esse texto procura dar resposta a uma situação de facto, agravada por uma crise económica que não permite, em muitos casos, qualquer alternativa?

MLP — Por isso o problema não é o aborto. É um problema anterior, e nesse sentido estou 100 por cento com todos os movimentos, que hoje no interior da Igreja não são só de denúncia das situações de injustiça e de fome. Elas aparecem para tentar dar resposta a esses problemas, através de um trabalho aberto aos caminhos do desenvolvimento económico, por um lado, e da alfabetização e da consciencialização dos direitos das pessoas para a sua libertação social.

DN — Anoto a sua preocupação em falar da Igreja aberta, onde se inscrevem todos os movimentos em que participou e a que, por comodidade, se convencionou chamar de progressistas. No entanto, há uma outra face, a da hierarquia, que globalmente tem sido acusada de conservadora, especialmente no nosso país. Ora a hierarquia acaba por ser mais ou menos determinante na forma como a Igreja se insere em cada momento na sociedade. Gostaria de saber o que nos diz a sua experiência como militante católica da hierarquia portuguesa.

MLP — É evidente que não coincido com essa análise. Pertenço a uma geração, e, em particular, a uma geração de mulheres que encontrou na Igreja Católica um espaço de liberdade, de afirmação e de treino para a liderança. Não somos uma nem duas, e eu podia-lhe dizer os nomes, mesmo entre as poucas mulheres políticas conhecidas em Portugal. Considero que nessa experiên-

Fundação Cuidar o Futuro

PRD também escamoteou debate das ideias

cia a hierarquia portuguesa teve um contributo extremamente positivo.

Em relação, por exemplo, às directivas da hierarquia, elas têm sido em geral directivas de bom senso; quando aparecem como intervenção na vida pública recordo-me, por exemplo, da exortação ao voto, da formação da consciência do cidadão. Acresce a isto que eu, fazendo parte de um movimento internacional católico de mulheres, vivo extremamente ligada à Igreja universal, portanto não posso ver só o que se passou em território português, mas tenho que levar em linha de conta o que acontece numa Igreja sem fronteiras. Daí que me apareçam como relativamente secundários o que a hierarquia pode ou não dizer sobre Portugal, face a essa presença universal que se alarga até um país como a China, onde os Portugueses foram os primeiros a levar a mensagem de Cristo, mas onde há também um bilião de pessoas que nunca ouviram falar de Jesus Cristo. Nesse sentido há problemas na Igreja, e em relação ao que a Igreja significa, determinantes do quadro no interior do qual me situo na sociedade portuguesa.

Avaliar esse lugar da Igreja, eu avalio-o menos em termos da hierarquia, isto é, dos bispos e da sua actuação, e mais das pessoas que se reclamam do cristianismo. Porque é esta a visão contemporânea, a visão mais profunda do cristianismo. A Igreja não se esgota de modo nenhum na hierarquia e, entendida deste modo, a Igreja foi parte integrante de todas as etapas da vida portuguesa. E é neste momento também, pois se verifica que nós, militantes católicos, nos vamos encontrar nos mais variados sítios do leque político português. Há uma diversidade enorme de posicionamentos, embora se verifique uma concentração nas áreas onde se equaciona com mais força, simultaneamente, a liberdade enquanto valor espiritual e a libertação enquanto processo de justiça social e de progresso.

Situação do padre Martins: um problema de indefinição

DN — Que pensa por um lado da teologia da libertação e por outro da situação do padre Martins da Madeira?

MLP — Desconheço a situação do padre Martins. Mas creio que há neste momento um problema muito difícil na Igreja Católica que é, por um lado, a Igreja estar a tomar, sobretudo através do Santo Padre, uma posição clara de defesa dos direitos humanos e, por outro, não termos ainda encontrado para o clero uma expressão adequada para essa defesa dos direitos humanos. Para os leigos como eu essa questão não oferece dificuldades, cada um vai realizar como entender o trabalho que lhe parece correcto, mas para o clero ainda não foi encontrado o caminho, qual o seu trabalho específico. Julgo que o padre Martins é um caso visível dessa dificuldade de definição que tem muito que ver com o lugar do sacerdote hoje.

DN — O padre Martins é um pouco vítima dessa indefinição?

MLP — Sim, em certo sentido. Talvez não lhe chamasse vítima porque ele assume completamente...

DN — Enfim mas a situação foi-lhe imposta...

MLP — Sabe, a Igreja conheceu muitas vezes essas situações ao longo da sua vida já milenária. Tem havido sempre casos em que os caminhos em determinado momento parecem bloqueados e depois as coisas vão caminhando e vão-se encontrando soluções. Quanto ao problema da teologia da libertação, ele leva-nos directamente ao que chamamos hoje de teologia contextual. Isto é, cada teologia exprime-se numa comunidade com o seu contexto próprio, que tem o seu modo de vida, os seus problemas, e onde a mensagem de Jesus Cristo tem expressões diferentes.

Tudo isto para dizer, que a teologia da libertação nasceu na América Latina e, portanto, numa situação muito concreta. Quando comparamos os textos dos teólogos da libertação com as indicações de Roma verificamos duas coisas: há um aspecto que se torna polémico, e polémico na opinião da Cúria Romana é a utilização exclusiva dos meios de análise marxista para a libertação da sociedade. Mas de facto, a primeira resposta de Roma à teologia da libertação afirma claramente a sua razão de ser, na perspectiva de que encontra a sua motivação mais profunda no papel libertador de Jesus Cristo que disse muito claramente «vim anunciar a boa nova aos pobres, dar a luz aos cegos e libertar os oprimidos». Isto não tem equívoco nenhum e foi assim que Jesus Cristo se definiu em relação aos seus próprios contemporâneos.

Por outro lado é também evidente que não se pode extrapolar a situação da América Latina para todas as situações. É óbvio que em África se está a construir uma teologia muito diferente e na Europa, onde existem muitas teologias, mas nenhuma delas exprimiu até agora de forma adequada o que é essa libertação de Jesus Cristo numa sociedade pós-industrial.

DN — Considera que a teologia da libertação é eficaz (para usar uma expressão em voga entre os tecnocratas) no contexto da América Latina?

MLP — Mobiliza as pessoas, sem dúvida. E vendo bem acaba por ser eficaz no imediato e a longo prazo.

Cada um deve assumir a sua realidade sexual

DN — Aflorou-se há pouco a questão de uma teologia para a Europa, para uma sociedade pós-industrial. A resposta tarda em aparecer, talvez até pela diversidade de modos de vida, de comportamentos. Como vê, enquanto católica, o problema das minorias sexuais?

MLP — Essa questão leva-nos directamente ao lugar da sexualidade na vida humana. É para mim um espanto verificar que enquanto a técnica se desenvolve de maneira espantosa, parece haver um obscurantismo total relativamente às grandes descobertas da sexualidade.

Penso que esse é um dos problemas que só pode ser resolvido por cada um de nós, em termos da sua posição própria sobre as coisas e sobre as pessoas, quando cada um assume a sua própria realidade sexual: devemos ser não à maneira medieval a pessoa humana neutra, assexuada e tendo sempre como padrão o sexo masculino, mas assumirmos a realidade humana que é masculina ou feminina (embora haja uma parte dos dois sexos em cada um de nós). Só esse percurso permite hoje um entendimento das questões que se manifestam hoje na realidade macro-social.

E vem a propósito recordar um célebre teólogo alemão que nunca dos seus livros escreveu: «Até quando estamos diante de Deus, até quando rezamos, somos sempre um ser sexuado.» A descoberta da própria sexualidade e a sua integração na vida humana é, em termos pessoais, a única resposta a um equilíbrio na vida e à conciliação dentro de nós de posições que podem parecer contrárias.

Fundação Cuidar o Futuro

A família atravessa uma crise enorme

DN — Que atitude é mais elogiável: a de Sá Carneiro, que assumiu Snu Abecassis, com quem nunca pôde casar, ou a célebre indirecta de Mário Soares perante a TV «estamos aqui com as nossas esposas legítimas»?

MLP — Não lhe vou responder a essa pergunta por ser demasiado personalizada e não estar na minha maneira de ser responder a tais questões. Mas posso-lhe dizer que a estrutura familiar em Portugal atravessa uma crise enorme. Ela tem de ser repensada, por forma a possibilitar a expressão de novas formas de solidariedade e caminhos possíveis de valorização, de busca de satisfação e de felicidade pessoal...

DN — ...a felicidade pessoal é para si um valor absoluto?

MLP — ...sem dúvida, sem dúvida. E digo-lhe também que a felicidade é um valor político de que nunca se fala. Veja por exemplo a questão habitacional — como é que se pode ter a hipocrisia de estar a defender a família quando a carência habitacional é da ordem dos 500 mil fogos ou quando esse problema não se põe de forma tão aguda, resta outro tão importante como aquele que Virgínia Wolf falava: cada um dos membros da família tem de ter um quarto para si próprio. Cada um tem de ter o seu lugar...

DN — ...o lugar da sua solidão?

MLP — ...o lugar da sua solidão. Lembre-se do que Steinbeck escrevia em «O Inverno do Nosso Descontentamento», onde se diz que o homem tem de descobrir a sua rocha, o lugar onde se vai encontrar consigo próprio. Todos nós precisamos da nossa rocha e porque não é a vida desgastante desta sociedade que nos proporciona o encontro connosco próprios.

E falando ainda da felicidade como valor político recordo o que foram nesta campanha os queixumes da gente mais pobre da nossa sociedade, o grito da gente mais pobre ao dirigir-se aos líderes partidários e onde se exprimia o desespero enorme pelas condições miseráveis em que são obrigados a viver.

DN — A sociedade está completamente desumanizada?

MLP — O ponto é esse. E se me perguntar porque me candidato, ao fim e ao cabo é por causa disso. O que me preocupa a mim é a pessoa humana, é a felicidade, mas para se ser feliz é preciso o mínimo de condições de dignidade. Como se pode aspirar à felicidade sem essas condições, como é que é possível?

DN — E como criar essas condições?

MLP — Com um claro projecto de desenvolvimento económico. E cito-lhe a título de exemplo dois sectores em que é urgente actuar: na agricultura, onde sem uma completa reestruturação do sector a nossa entrada na CEE será um desastre para 30 por cento da população; no sistema educativo a precisar igualmente de profunda remodelação. Reestruturar a agricultura ou reestruturar o sistema supõe (embora eu esteja a usar exactamente o mesmo verbo) actores destes dois processos, técnicas de abordagem, maneiras de equacionar os problemas e tipos de solução completamente diferentes. Ora aí voltamos à forma como eu vejo a função presidencial, porque para actuar naqueles dois sectores é necessário que o Presidente da República tenha um conhecimento profundo da realidade portuguesa e a partir daí seja capaz de estimular as maiorias necessárias e adequadas à resolução cabal das questões que se colocam aos dois sectores.

A adesão à CEE deve ser renegociada

DN — Reparo que a CEE para si não é a felicidade...

MLP — A minha posição é muito clara. Enormes estratos da sociedade portuguesa já se começaram a aperceber de que a CEE foi um mito criado por vários dos nossos dirigentes e aparecendo como um mito. Não foi preparado o terreno, isto é, não se operaram as transformações indispensáveis e a população portuguesa não foi devidamente informada. Nem sequer o Parlamento o foi.

Portanto, defendo que relativamente à CEE, tal como o prof. Cavaco Silva já disse, se deve rever atentamente este processo e, onde for caso disso, renegociar alguns aspectos da nossa adesão, sem que isto implique pôr em causa uma tal adesão. É um dado adquirido e irreversível, mas na perspectiva de que a nossa visão da Europa se não deve restringir ao Mercado Comum. Fomos artífices de uma Europa das culturas e é dessa Europa que podemos e devemos fazer parte.

DN — Houve quem tivesse invocado a nossa adesão à CEE para propor nova revisão constitucional, em especial a revisão económica da Constituição. Aliás, esse objectivo parece estar no espírito dos líderes de diversos partidos, os quais representam uma confortável maioria do eleitorado.

MLP — Em primeiro lugar, digo-lhe que o sector empresarial do Estado existe em todos os países da Europa. Considero que é um sector indispensável em termos da própria segurança do Estado. Penso que o proposito de eliminar o sector público do texto constitucional decorre de um erro de análise. Isto porque o sector público constitui um tríplice problema: ele define-se em cada momento histórico em função, por um lado, não das exigências políticas, mas das exigências técnicas (há sectores de actividade que numa dado momento podem pertencer ao sector público, noutros ao sector privado). Vejam-se por exemplo os casos da siderurgia ou da indústria naval — eu pergunto onde está a iniciativa privada para lhes pegar? O mesmo já não se pode dizer da indústria têxtil ou do calçado. De maneira que há aqui um problema técnico, ou seja o lugar de cada ramo de actividade no processo económico geral e na forma de produzir riqueza. Depois há um segundo ponto que se prende com o facto de não se realizar no sector público aquilo que acontece em qualquer empresa privada; refiro-me concretamente à participação dos quadros e dos demais trabalhadores na própria gestão da empresa. Em último lugar, aquilo que é realizado no sector público fica a dever-se ao dinheiro dos contribuintes, pelo que tem de haver uma forma de controlo dos contribuintes sobre o sector empresarial do Estado. Estes três dados não têm sido levados em linha de conta no debate entre sector público e sector privado.

Mas o que me parece mais importante no capítulo económico da Constituição é que o elemento mais essencial para o País poder arrancar, que é a existência do plano de desenvolvimento, esse aspecto não tem sido posto em prática.

Em resumo, penso que o problema não está na actual Constituição, designadamente na consagração de um sector público, mas na ausência de um projecto de desenvolvimento que faça o País sair da crise em que se encontra.

DN — Isso coloca o problema de nova dissolução da Assembleia da República.

Existe uma previsível dessintonia política entre o que a senhora engenheira pensa sobre a revisão constitucional e o que sobre ela pensa por exemplo o PSD. E tudo indica que será este partido a formar o próximo Governo da República.

MLP — O próximo Governo será um Governo legítimo saído de eleições. O meu papel, ao ser eleita, é o de cumprir e fazer cumprir a Constituição. Cabe também ao futuro Presidente da República impedir que a resolução dos problemas se adie e arraste, e nesse aspecto somos todos responsáveis perante os Portugueses.

Não vou mais longe do que isto, nem tenho que ir, porque o País precisa de estabilidade. Mas evidentemente há regras democráticas que são interiorizadas por mim como pelos outros protagonistas da vida política portuguesa...

DN — Apesar do que disse, e para bom entendedor, não é preciso mais, está longe de pensar como Freitas do Amaral que o País está ingovernável?

MLP — Não. De maneira nenhuma.